

# Resistência e re-significação da luta pela cidade na experiência do Museu da Beira da Linha do Coque (PE)

Gleyce Kelly Heitor <sup>1</sup>

## Resumo

O Museu da Beira da Linha do Coque é uma iniciativa comunitária de articulação e difusão de memórias. Criado em 2013, pelo Ponto de Cultura Espaço Livre do Coque, tem como objetivo desmistificar os estereótipos sobre o bairro recifense, que figura entre os mais violentos, nas narrativas e no imaginário da cidade; dado que serviu como critério para entrada da comunidade no Programa Pontos de Memória. Neste artigo, analiso os contextos de resistência e luta pela cidade que impulsionaram a criação do Museu da Beira da Linha do Coque e proponho, a partir de suas dissidências e disputas, uma leitura deste museu como prática política e experiência de re-significação das formas de luta por memória, cidade e território.

**Palavras-chaves:** Direito à memória; Direito à cidade; Museus Comunitários; Movimentos Sociais.

## Abstract

The Museu da Beira da Linha do Coque [Museum of Beira da Linha do Coque] is a community initiative for the articulation and diffusion of memories. Created by Ponto de Cultura Espaço Livre do Coque [Place for Culture Free Space of Coque] in 2013, its main objective is to demystify stereotypes about this neighborhood of Recife, which is - in great part of the narratives and the constructed images about the city - one of its most violent areas, information which was used as a criteria for the inclusion of the neighborhood in Pontos de Memória [Places of Memory] Program. In this article I analyze the contexts of resistance and the struggle for the city that have propelled the creation of Museum of Beira da Linha do Coque. I also propose - based on its dissents and disputes - an analysis of this museum as a political practice and an experience of re-signification of diverse fighting modes for memory, city and territory.

**Keywords:** Right to memory; Right to the city; Community museum; Social movements.

1

Doutoranda em História Social da Cultura (PUC-RJ) e professora substituta do Departamento de Museologia da Universidade Federal de Goiás. Este artigo é o resultado parcial da pesquisa de doutorado "Quando o museu é uma luta! A implementação do Museu da Beira da Linha do Coque (PE) e do Museu das Remoções" (RJ), parcialmente financiado com bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).



Resistência e re-significação da luta pela cidade na  
experiência do Museu da Beira da Linha do Coque (PE)  
Gleyce Kelly Heitor

## **N** 1. Notas sobre o bairro do Coque

O Coque é um bairro localizado na região central da cidade do Recife, capital de Pernambuco. Seu entorno é cortado pela Avenida Agamenon Magalhães, ponto estratégico, pela conexão com o Centro, com o bairro litorâneo de Boa Viagem e com o município de Olinda. Sua vizinhança, atualmente, é formada pelos polos médico, hoteleiro, comercial e turístico da cidade, contexto que gera constantes processos de especulação política e imobiliária.

A ocupação desta área, que desde a década de 1980 é denominada Zona Especial de Interesse Social Coque (ZEIS Coque)<sup>2</sup>, se deu de forma irregular e remonta à primeira metade do século XX, com a chegada de populações pobres nas áreas de alagados e mangues, sobretudo pessoas remanescentes do processo de escravização ou proveniente das migrações do interior, que se fixaram no território a partir de estratégias de aterramento.

Sua primeira expansão, por sua vez, é decorrência dos deslocamentos de populações de outras ocupações em diferentes pontos da cidade, devido ao projeto de erradicação dos mocambos, política habitacional do Estado Novo, que promulgou o Código de Obras de 1937. Este código, conforme aponta Magalhães (2013, p.41),

Preconizaria a eliminação das favelas, tornando proibida qualquer nova construção de moradias ou mesmo a melhoria daquelas já existentes, apontando a sua substituição por novas formas de habitação, seguindo as normas de salubridade então definidas.

Mesmo com esse impedimento, por sua proximidade com o centro da cidade, o bairro recebeu, ao longo do século XX, diferentes fluxos migratórios do interior do estado e de ocupações situadas em bairros mais distantes, onde o projeto de erradicação atuou com mais eficácia. Além disso, essas migrações traziam também pessoas que se deslocavam por conta de fenômenos como as secas, ou na tentativa de estarem mais próximas aos eixos de trabalho e acesso aos serviços.



Resistência e re-significação da luta pela cidade na  
experiência do Museu da Beira da Linha do Coque (PE)  
Gleyce Kelly Heitor

Nesta tensão entre crescimento e ameaças de remoções, seus habitantes enfrentaram diferentes projetos que tinham como proposta a expulsão dos moradores da localidade, para dar lugar a centros comerciais, zonas de administração pública, polo jurídico. Projetos esses enunciados a partir das articulações entre poder público e privado, intercalados com estratégias de desvalorização da área, a partir da ausência de investimentos que, somada à crise de habitação e ao desgaste das cidades, além do recrudescimento da violência e expansão do tráfego nas grandes capitais, fez emergir o estigma de bairro violento, reduto do tráfego e da marginalidade, área de risco. Construção discursiva que teve no jornalismo policial e sensacionalista sua principal plataforma<sup>3</sup>.

Todos esses projetos exemplificam que, não obstante o discurso de violência, a área se constitui como um espaço favorável para investimentos financeiros, devido à sua posição estratégica. Neste sentido, as disputas pelo seu entorno – que passou por diferentes momentos de enobrecimento e verticalização – se acirram, quando a região entra no escopo das reformas preconizadas para o Recife, em virtude da realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

Algumas zonas são privilegiadas nos processos de renovação urbana preconizadas por eventos internacionais. Essas intervenções são, geralmente, realizadas em nome do desenvolvimento e da modernização, e atraem grandes aportes de recursos e estabelecimentos de parcerias público-privadas. Isso torna a Copa do Mundo uma marca simbólica e concreta de entrada de cidades no circuito dos territórios globais, conforme sinaliza Raquel Rolnik (2012). No livro Guerra dos lugares (2015), esta autora debate minuciosamente o modelo de financeirização da habitação em diferentes países e revela como a moradia tornou-se um item privilegiado de consumo; um ativo promovido por redes de fluxos financeiros, e acessível através de crédito hipotecário em um mercado alegadamente democrático. A consequência disso é que

uma crise global de insegurança de posse marca a experiência de vida de milhões de habitantes do planeta. São indivíduos e famílias que tiveram suas vidas hipotecadas ou que perderam a possibilidade de permanecer nos bairros onde viviam, em função dos booms de preços nos mercados internacionais (ROLNIK, 2015, p. 149).

3

Um dos principais emblemas desta construção discursiva é a matéria veiculada no Jornal do Commercio, no dia 12 de janeiro de 1997, que tinha como manchete: Coque: morada da morte.



Resistência e re-significação da luta pela cidade na  
experiência do Museu da Beira da Linha do Coque (PE)  
Gleyce Kelly Heitor

Por essa lógica, denunciada por Ronilk, abandona-se a ideia da cidade como artefato público – e o conceito de moradia como bem social – por uma economia política da habitação que amplia as fronteiras do mercado e conduz a efeitos urbanos e sociais adversos: ao “destravar” a moradia como ativo territorial, se produz novas dinâmicas de segregação socioeconômica que desterritorializaram os pobres urbanos e seus modos alternativos de habitar a cidade.

Dentre esses projetos e intervenções, dois são de extrema importância para compreender o contexto de emergência do Museu da Beira da Linha do Coque: a ampliação do Viário Joanna Bezerra e o projeto Novo Recife<sup>4</sup>, ambos com impacto direto nas moradias e vidas do Coque.

Em 2008, a área que pertencia ao espólio da Rede Ferroviária Federal formada por armazéns desativados, conhecida como Cais José Estelita, foi arrematada em leilão pelo Consórcio Novo Recife para implantação do empreendimento de luxo para fins residenciais e comerciais. Os questionamentos ao projeto vão desde a lisura do leilão, questionado pelo Ministério Público Estadual e Federal, até a proposta urbanística e os mecanismos de aprovação dos empreendimentos. O que vai desencadear no movimento de resistência popularizado como “Ocupe/Resiste Estelita”.

E é na interface com esses projetos e movimentos e no bojo de políticas públicas para a cidade, de cultura e de segurança que pretendo destacar a criação do Museu da Beira da Linha do Coque como uma forma de resistência nos contextos da disputa pela cidade.

## 2. Reconfigurações conceituais no campo da memória e dos museus

Em nome do desejo de memória, as políticas para a área de museus no Brasil vem incorporando, desde a implementação da Política Nacional de Museus – PNM (2003), relações com o ativismo de comunidades e grupos que historicamente estiveram excluídos das políticas públicas de cultura.

Entre os diferentes gestos que conformam esse campo de disputas, há pessoas, movimentos e entidades empenhadas em demandar das instituições museológicas a acolhida de suas pautas, reivindicando presença, participação, reconhecimento e representação nos museus tradicionais.

4

O Projeto Novo Recife foi formulado por um consórcio que une as construtoras e empresas do setor imobiliário Moura Dubeux, Queiroz Galvão, Ara Empreendimentos e GL Empreendimentos. Empresas que juntas compraram “a área da antiga Rede Ferroviária Federal (RFFSA) por 55 milhões de reais”. O primeiro projeto apresentado e aprovado pela prefeitura do Recife em 2012, previa a construção de 12 torres, sendo sete residenciais, duas comerciais, dois flats e um hotel. Tudo com até 40 andares, além de estacionamentos para aproximadamente 5.000 veículos. No total, o projeto foi orçado em 800 milhões de reais, com custo do metro quadrado estimado em pelo menos 4 mil reais.



Resistência e re-significação da luta pela cidade na  
experiência do Museu da Beira da Linha do Coque (PE)  
Gleyce Kelly Heitor

Paralela e sincronicamente, é possível perceber a emergência e o crescimento de outro movimento, aqui entendido como a disputa pela possibilidade de fazer museus – encampado por minorias sociais como moradores de favelas, grupos indígenas, comunidades quilombolas, comunidades LGBTQ, entre outras.

Michel Pollack (1989) compreende a memória como resultante de disputas sociais e culturais em torno dos significados do passado. O autor fala na existência de “batalhas pela memória”, empreendidas através de lutas simbólicas contra os silenciamentos, por visibilidade e pela instituição de versões do passado. Neste sentido, Pollack nos propõe pensar na coexistência de discursos oficiais com outras narrativas e entendimentos sobre os fatos transcorridos. Essas narrativas e entendimentos são produzidas a partir de fluxos, e as memórias que não aspiram (ou não logram) tornar-se parte do discurso oficial passam a ser transmitidas e preservadas em outros circuitos e redes de sociabilidade afetivas, como amigos, vizinhos, famílias, pequenos grupos, associações e partidos políticos. O autor considera ainda que essas memórias seguem vivas entre essas pessoas próximas e afloram – ou invadem – o espaço público em momentos de crise, reclamando por um espaço social e por legitimidade. Contestam, assim, a história oficial ao fazerem reverberar outras experiências que ainda não puderam ser narradas.

Pensando as conexões entre memória, museus e patrimônios, podemos afirmar que as transformações sociais contemporâneas proporcionaram um conjunto de mudanças nos conceitos e nos entendimentos sobre o valor e a função dos museus para a sociedade. No que diz respeito ao trabalho da memória e ao reconhecimento de patrimônios decorrentes das lutas de minorias no Brasil, é possível afirmar que os museus comunitários tem ocupado, através de diferentes formas e metodologias, um lugar importante na criação de novos circuitos para a tessitura e difusão de discursos que são contrapontos às narrativas oficiais.

Conforme Hugues de Varine (2015), os museus comunitários se diferenciam dos museus tradicionais por servirem “à comunidade e ao seu desenvolvimento”. Cabe ressaltar, portanto, que, assim como problematizado por outros autores<sup>5</sup>, esses museus, mesmo quando intentam romper com modelos já consolidados, são fundados com a finalidade de unir o corpo

5

Sobre os desafios em torno da eleição de patrimônios e do comum nos museus comunitários, ver POULOT (2009), BRULON (2014) e SEGALA (2017).



Resistência e re-significação da luta pela cidade na  
experiência do Museu da Beira da Linha do Coque (PE)  
Gleyce Kelly Heitor

social em torno da ideia de história, memória ou patrimônio comum. O que significa dizer que, nesse processo, as escolhas e o trabalho de sistematização dessas memórias são recortes operados por grupos específicos, internos e/ou externos às comunidades, implicados com um projeto também específico. Como pensar os entrelaçamentos entre luta por memória e por moradia no bairro do Coque a partir dessas mudanças?

É preciso levar em conta que, nas disputas cotidianas pela cidade, pela vida, por moradia e pelo direito à outras representações, o bairro popularmente conhecido como o mais violento e um dos mais pobres do Recife foi escolhido, em 2008, para receber o Programa Pontos de Memória. Inclusão que não se deu por critérios de herança cultural ou relevância do local para a história da cidade, mas pelo fato do Coque figurar entre os menores Índices de Desenvolvimento Humano do Município (IDH-M)<sup>6</sup>, no país.

O programa Pontos de Memória foi criado para suprir a lacuna de políticas públicas que garantissem o direito à memória, aos grupos sociais que foram aliados de narrar e expor suas próprias histórias e patrimônios nos museus. Foi neste sentido que passou a atender diferentes comunidades, em todo território nacional, a partir do critério de vulnerabilidade social em contextos urbanos. Com atividades iniciadas em 2009, envolvendo o contato e identificação de grupos que desenvolvessem ações de memória social, teve início em 12 capitais com o desenvolvimento de ações-piloto<sup>7</sup>.

A metodologia do programa, na sua implementação, previa a atuação de agentes do estado junto a “comunidades carentes, para que tenham condições de envolver-se de forma adequada na preservação da memória local e regional” com o intuito de, “por meio da participação espontânea e das aprendizagens recíprocas, adquirirem autonomia para conduzir, inicialmente, seu processo museológico e, em seguida, consolidar seu museu comunitário” (OEI, 2008, p. 13, 16, 17, grifo nosso).

O programa surge, portanto, como um pacto de segurança, operando a lógica da cultura como recurso, com a finalidade de minimizar os problemas sociais que porventura travancassem o desenvolvimento das comunidades eleitas. Ele oscila entre protagonismo comunitário, agenciamento social e argumento de autoridade, quando propõe haver uma “forma adequada” dessas comunidades lidarem com suas memórias, o que seria alcançado

6

O IDH-M foi o índice que serviu de base para criação dos critérios e metodologias deste programa, instituído a partir do Programa Mais Cultura e Cultura Viva do Ministério da Cultura (Minc), por meio de cooperação técnica firmada em 2008 entre o Ministério da Justiça (a partir do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci), tendo por executor o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) a partir de cooperação com a Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI).

7

As 12 comunidades escolhidas para participar da implementação do projeto Pontos de Memória, intitulada como Ação-Piloto, foram: Beiru (BA), Brasilândia (SP), Coque (PE), Estrutural (DF), Grande Bom Jardim (CE), Jacintinho (AL), Lomba do Pinheiro (RS), Pavão-Pavãozinho-Cantagalo (RJ), Terra Firme (PA), São Pedro (ES), Sítio Cercado (PR) e Taquaril (MG) (IBRAM, 2011).



Resistência e re-significação da luta pela cidade na  
experiência do Museu da Beira da Linha do Coque (PE)  
Gleyce Kelly Heitor

pela distribuição de técnicas e verbas que circulariam a partir da presença do Estados e de seus profissionais especializados, designados para atuar nestes contextos.

A entrada do programa no bairro do Coque se deu pelo fomento à criação do Museu Mangue do Coque em 2009, a partir da articulação e formalização de um ponto de memória homônimo. Conforme o previsto pela metodologia<sup>8</sup> do programa, as lideranças locais foram capacitadas para o desenvolvimento do projeto de museu que teria como escopo sistematizar e difundir as memórias do bairro a partir das suas singularidades ecológicas – o mangue – e com isso impulsionar processos de desenvolvimento local<sup>9</sup>. Porém, mesmo afirmando prezar pela escuta, participação e protagonismo comunitários, a metodologia não se mostrou eficiente para mediar a multiplicidade de anseios e acolher os dissensos e diferenças de projetos de comunidade internos, gerando “novos conflitos” (SANTANA, 2016, p.26) em torno das narrativas, formas e conteúdos que comporiam o museu a ser criado.

No ano de 2010 um grupo dissidente cria o Ponto de Cultura Espaço Livre do Coque e realiza, em 2011, o 1º Encontro da Teia de Memória de Contadores (as) de História do Coque. E como desdobramento – do conflito e do desejo – o Museu da Beira da Linha do Coque foi lançado oficialmente no dia 04 de agosto de 2013, por iniciativa deste ponto de cultura, entre as atividades do evento de mobilização e luta por moradia no bairro, intitulado Coque (R)Existe<sup>10</sup>.

Trata-se, portanto, de um museu que, segundo Santana (2016, p.26), é fruto das “divergências” de parte dos moradores com as propostas e as metodologias do IBRAM, no processo de implementação do Museu do Mangue do Coque – projeto que dividiu as lideranças locais e se desdobrou na criação de duas iniciativas empenhadas na disputa pela “real história do Coque”. O primeiro deles foi criado com o respaldo das políticas públicas oficiais, enquanto o Museu da Beira da Linha do Coque, mesmo que tenha acionado as mesmas nomeclaturas, métodos e tendências presentes nesta política, se construiu em oposição à alguns aspectos desta política.

8

Conhecimento e valorização da memória local; Fortalecimento das tradições locais, da identidade e dos laços de pertencimento; Valorização do potencial local, impulso ao turismo e à economia local; Desenvolvimento sustentável das localidades; Melhoria da qualidade de vida, com redução da pobreza e da violência (OEI).

9

Tais objetivos podem ser lidos e problematizados a partir das análises sobre a emergência da “ideologia do desenvolvimento” (YÚDICE, 2006), vigente desde o início da década de 1970, com o advento da ideia de “cultura como recurso” (YÚDICE, 2006) e elemento catalisador do desenvolvimento humano. Segundo Lima (2014), esta perspectiva se tornou majoritária no campo dos museus, contribuindo significativamente na determinação dos rumos das políticas para o setor no Brasil.

10

A rede Coque REXiste é um coletivo de entidades que atuam no/ com o Coque.



### 3. O Museu da Beira da Linha do Coque como experiência de re-significação da luta pela cidade

Os criadores do Museu da Beira da Linha do Coque o definiram como um museu audiovisual itinerante. Na busca por uma experiência de museu novo e vivo, estruturaram um acervo que foi sendo ora reconhecido, ora inventado juntamente com o projeto. Esse acervo é composto por vídeos e entrevistas coletadas entre moradores, que desde 2009 vinham sendo transformados em contadores de histórias, a partir de outros projetos, que visavam desmistificar os estereótipos herdados ao longo de anos de exclusão e ausências no local; principalmente o estigma de bairro violento – prerrogativa do pacto da cultura com a segurança. Dentre os objetivos do museu, destaca-se também a criação de processos de pertencimento e identificação com o local, como forma de respaldar a permanência dos seus moradores no território. Segundo a página do museu na internet:

a comunidade é discriminada e explorada por pesquisadores, jornalistas, ongs e políticos que se aproveitam da miséria dos moradores sem que eles possam participar dos benefícios de seus trabalhos. A marginalização e falta de oportunidades se torna estigma numa história que tem sido registrada somente por quem olha o Coque de fora, representando-o sempre pela via da miséria e da violência, não nos vendo em outros lugares que não os de ameaças ou de vítimas. (MUSEU DA BEIRA DA LINHA DO COQUE, grifo nosso)

Além de representarem a si mesmos, vemos por esta citação que eles aspiram mobilizar um patrimônio contra a lógica silenciadora da violência presente nas demarcações que conformam a cidade. Por isso criaram suas próprias estratégias de exposição e difusão<sup>11</sup>. Inventaram seus públicos, ao entender que, se as pessoas tradicionalmente não vão ao Coque – devido ao misto de medo e desconhecimento – o museu deveria saber onde encontrá-las e, principalmente, como se comunicar com elas. Para isso a internet, a linguagem audiovisual e as “gambiarras” tem sido importantes ferramentas na construção de exposições e na circulação do museu.

11

Estão à frente de sua implementação os moradores: Rildo Fernandes da Cunha Filho, Adriano Felix de Castro, Carlos Bike, Josivan Cristóvão da Silva (Matuto), Joaquim Carlos de Lima Neto, Leandro da Silva Oliveira, Moisés Francisco, Ricardo Jorge da Silva (Ricardo Coração), Rodrigo Barbosa da Silva (Oseas).



Resistência e re-significação da luta pela cidade na  
experiência do Museu da Beira da Linha do Coque (PE)  
Gleyce Kelly Heitor

Somado ao contexto e às disputas em torno das políticas públicas de memória, patrimônio e museus, o bairro experimentou entre 2010 e 2014 a retomada das lutas por moradia, ameaçada pelo advento do Projeto Novo Recife e do Viário Joana Bezerra. Essa luta, que teve desdobramentos e abrangência para além da comunidade, foi um fator relevante para a iniciativa do museu ganhar espaço e inserção em circuitos que estavam além das fronteiras do Coque.

Esta luta foi unificada no Movimento #OcupeEstelita (#OE), organizado pelo grupo Direitos Urbanos<sup>12</sup>, e fez convergir as múltiplas resistências e os ativistas que aspiravam impedir as obras previstas para o Cais José Estelita e para os Armazéns de Açúcar. O #OE está em sintonia com movimentos e levantes que marcaram o início da segunda década dos anos 2000 e, assim como o Occupy, a Primavera Árabe, o Movimento 15-M e o conjunto de manifestações de 2013 no Brasil, operou uma gramática de resistência que se destaca, conforme afirmam Medeiros & Sá Barreto (2017), por mobilizar grupos e estratégias políticas que se desprendem das formas tradicionais de luta e enfrentamento político. Se contrapondo diretamente ao Novo Recife, a mobilização tinha como mote “A cidade é nossa. Ocupe-a” e reuniu – sem se configurar como um movimento homogêneo – profissionais, ativistas e os moradores das favelas e ocupações que disputavam, principalmente, aquele entorno.

Por falar a língua do direito à cidade e à moradia, e concentrar suas mobilização nas proximidades do Coque, o #OE contou com o comprometimento dos seus moradores que, neste momento, lidavam com mais essa ameaça. Destas confluências, instaurou-se na cidade um ambiente de resistência, marcado por intercâmbios de metodologias e técnicas, trocas de saberes, criação – de arte, modos de usar a cidade e circuitos, políticas de visibilidade e muita organização para denunciar e controlar os avanços do projeto de requalificação da orla. Neste movimento, as experiências de memória que vinham sendo gestadas historicamente pela comunidade serão vistas como uma importante ferramenta de mobilização e reverberação das pautas que o movimento defendia.

As lutas se acirraram com a proximidade da Copa do Mundo de 2014 – evento que, além de tornar urgente os retornos financeiros almejados pelo

12

Sobre o grupo, consultar  
<https://direitosurbanos.wordpress.com/about/>



Resistência e re-significação da luta pela cidade na  
experiência do Museu da Beira da Linha do Coque (PE)  
Gleyce Kelly Heitor

projeto novo Recife, acelerou as reformas de mobilidade urbana previstas para deixar a cidade nos padrões internacionais prometidos para os jogos. E a ampliação do viário Joana Bezerra, passava literalmente por dentro do Coque. Nesse contexto, os encaminhamentos para o desenvolvimento das atividades do Museu da Beira da Linha do Coque também vão tomando as ruas. Ao projeto, vão se somando colaboradores externos, ajudando a concretizar alguns desejos que seus idealizadores nutriam desde os primeiros passos do museu, como o de organizar as entrevistas dos moradores “antigos” em plataforma digital, criar um website, expor para além da comunidade e captar recursos em editais para viabilização de seus projetos.

Um dos exemplos que podemos citar, entre essas políticas de visibilidade, de redes e de impulso ao museu e seu desenvolvimento, é a exposição Museu da Beira da Linha do Coque, realizada na Galeria Vicente do Rego Monteiro, um dos espaços da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), como parte das atividades do programa Políticas da Arte, coordenadas pelo curador Moacir dos Anjos. É possível inferir, a partir dos textos institucionais da mostra, que a Fundaj buscou com essa exposição transpor as barreiras e distâncias entre o bairro e outros espaços da cidade, como forma de amplificar os espaços para as falas e vivências dos moradores para além dos limites da comunidade. Isso exemplifica a extensão e o engajamento do campo cultural do Recife com as pautas do direito à cidade, disputadas no bojo do #OcupeEstelita. A mostra durou 24 dias e ocupou uma das galerias da tradicional fundação – justamente a que fica situada no bairro do Derby, localizado à menos de um quilômetro do Coque. E tinha como gesto curatorial o desejo de aproximar vizinhos que são apartados simbolicamente pela lógica excludente da cidade.

O principal legado da exposição foi, por sua vez, ter impulsionado o Museu da Beira da Linha do Coque a se organizar, materializando suas ações, já que foi possível aproveitar as estruturas técnicas e financeira que a instituição dispunha para imprimir fotografias, organizar dados, editar vídeos, produzir cartografias, estar com outros profissionais em debates e oficinas onde foram se formando e acessando um léxico do universo artístico e cultural que teria desdobramentos futuros, na constituição de um currículo que possibilitou a inserção do Ponto de Cultura Espaço Livre do Coque no universo dos editais de fomento.



Resistência e re-significação da luta pela cidade na  
experiência do Museu da Beira da Linha do Coque (PE)  
Gleyce Kelly Heitor

Através deste evento, o discurso do museu foi sendo organizado, se evidenciando e tomando forma, no encontro com o público, na seleção do que mostrar (ou não mostrar), na escolha por como narrar o Coque neste ambiente. Serviu como um canteiro aberto para a sistematização de memórias, nos encontros onde moradores, colaboradores e visitantes iam gestando os conteúdos que viriam, por exemplo, a compor posteriormente a página da internet – que é uma das formas do museu existir. Na Carta de Agradecimento (2014) à Fundação Joaquim Nabuco, assinada pelo coordenador geral do Museu, Rildo Fernandes, é dito que, para os moradores, a exposição significou

“o direito de ver no espelho”, a primeira oportunidade de apresentar ao público uma pequena parte da nossa vida, da nossa história de ocupações, lutas e conquistas no Coque em DVDs, fotografias, recortes de jornais e ofícios de nossas associações de moradores.

Além de tornar público que o Coque tem história, e uma história que estava sendo escrita por seus habitantes, a exposição introduziu as questões da comunidade no circuito de arte contemporânea, por uma perspectiva de produção de sentidos da comunidade, pela comunidade. Esse circuito legitima um dos princípios (e metodologia) do qual o Museu da Beira da Linha do Coque não abre mão – a voz ativa.

Sobre o papel da exposição na amplificação das falas do Museu para além do seu território, Moacir dos Anjos (2014) afirma:

A presença temporária do Museu da Beira da Linha do Coque na Fundação Joaquim Nabuco também implica reconhecer os limites do programa de exposições desta última, inclusive de seu projeto Política da Arte, nos quais mais se fala do outro despossuído do que se concede, a este, um espaço para que enuncie a própria fala. A mesma ressalva já feita também aqui se aplica: não se almeja, com a presença temporária do Museu da Beira da Linha do Coque nesta galeria, remediar tal situação. Já é bastante que esta questão seja trazida



Resistência e re-significação da luta pela cidade na  
experiência do Museu da Beira da Linha do Coque (PE)  
Gleyce Kelly Heitor

para consideração dos que a visitam, e que, de algum modo, alimente a discussão para projetos futuros da Fundação Joaquim Nabuco e de outras instituições.

Não é objetivo deste artigo mapear as transformações que o Museu da Beira da Linha do Coque possa ter promovido na Fundação Joaquim Nabuco a partir de sua presença na instituição. Nem afirmar a necessidade que, porventura, os moradores tenham do circuito de arte, para terem suas pautas legitimadas. Sobre os limites das instituições e do próprio circuito de arte, Rodrigo Nunes (2015) nos convida a perguntar “quem exatamente se beneficia desta visibilidade?” O autor pondera que, nas relações entre arte e política, dar a ver não deve ser um valor por si só. Visibilidade não é, portanto, suficiente se não tiver entre suas consequências a transformação das lógicas e dos regimes de enunciação da arte e suas instituições.

Esse evento, aqui detalhado, ilustra, porém, que a possibilidade de ser visto e de se narrar no circuito estabelecido da arte e da cultura foi, no caso do Museu da Beira da Linha do Coque, além de um impulso, a possibilidade material e a oportunidade para que alguns elementos e estruturas do museu pudessem ser viabilizados. É na exposição que uma ideia de acervo se organiza; que formas de expor são experimentadas; que a campanha de financiamento coletivo para a ciclotela, por exemplo, é lançada. É na sua programação – principalmente de oficinas – que os conteúdos e os materiais do site começam a ser planejados, captados, organizados e curados. É quando surge o cardápio de contadores de histórias, a partir do enquadramento dos moradores em categorias diversas.

A questão da auto-narrativa e da produção de sentido sobre a comunidade será a tônica do Museu da Beira da Linha do Coque, que, desde seus primeiros passos, deseja a articulação entre a história oficial da cidade e uma história do bairro, proferida pelos seus moradores. Conforme afirma Jampa (2014), sociólogo e colaborador externo do Museu, ao transformar os moradores em contadores de histórias – “título honorífico de historiador espontâneo, de referência importante do passado do lugar” – o Coque “passa, assim, a não mais ser apenas o lugar falado e contado pelos outros”. É neste sentido que o cadastro de contadores de histórias é – como convite para que as pessoa se reconhecessem nas categorias pré-definidas – um eixo



estruturante nas funções deste museu, que elege, produz afinidades e elenca os temas e as pessoas autorizadas a falar pelo grupo.

A primeira vez que essas histórias circularam pelo bairro foi no dia de lançamento do Museu, veiculadas na Ciclotela, mistura de bicicleta com aparelhos de projeção que efetiva seu caráter áudio/visual/itinerante e que torna possível andar por diferentes lugares da cidade, e principalmente no próprio bairro do Coque, projetando os vídeos com as histórias dos moradores, apresentados para além da imagem hegemônica de violência, morte e miserabilidade construídos pelas mídias de grande circulação. A viabilização deste que é o principal recurso expositivo do museu foi possível graças a formas distintas de financiamento coletivo: a amizade (o que possibilitou ao mecânico de bicicletas do bairro fazer a junção de várias peças descartadas, criando o equipamento necessário para a circulação das histórias) e o projeto de financiamento coletivo lançado em meio às atividades da exposição Museu da Beira da Linha do Coque, na Fundaj, campanha criada pelos articuladores do museu para a compra dos equipamentos de projeção que seriam acoplados ao veículo. Inserido neste circuito, o Ponto de Cultura Espaço Livre do Coque conseguiu aprovar, em junho de 2014, o projeto Contadores e contadoras de histórias no Coque, no edital Funcultura Áudio-Visual<sup>13</sup>, prevendo a criação da coleção de entrevistas, denominada Cadastro dos Contadores e Contadoras de Histórias do Coque.

Este museu, ao disputar identidades e passados comuns, visa afirmar sua permanência no bairro e na cidade, através da reescrita da história do lugar e de seus cotidianos pela eliminação de porta-vozes ou intermediários. Na negociação entre visibilidade e precariedade, ele foi organizando suas ações culturais, com o mesmo repertório que usava para organizar suas estratégias de luta por moradia – nas negociações entre estar com e contra o Estado.

#### **4. Considerações finais – ou: embates sobre como resistir e existir como museu**

A esfera pública tal qual proposta por Habermas – como um “espaço” onde a participação política se dá por intermédio da fala; uma arena institucionalizada de interações discursivas distinta do Estado e que possibilita

13

O Edital do Funcultura é uma iniciativa do Governo do Estado de Pernambuco que, através da Fundarpe, incentiva a produção em diversas linguagens artísticas e áreas culturais, através de seleção pública lançada anualmente, possibilitando que produtores e artistas recebam recursos diretos para a realização de projetos



Resistência e re-significação da luta pela cidade na  
experiência do Museu da Beira da Linha do Coque (PE)  
Gleyce Kelly Heitor

a produção e a circulação de discursos livres que podem, inclusive, ser críticos ao Estado – é analisada por Nancy Fraser (1992). Fraser pondera que este conceito, conforme formulado pelo filósofo, vislumbra um espaço aberto e acessível para todos. Segundo a autora, a interação discursiva inerente à essa proposta de esfera pública é marcada por protocolos de estilo definidos por diferenças de status social, por barreiras informais que persistem e que, mesmo quando todos estão formal e legalmente aptos a participar do debate, a participação política de grupos minoritários não está garantida. Os grupos minoritários podem não encontrar os meios necessários para expressar suas ideias e demandas nos meios deliberativos, fazendo com que a opinião dos grupos hegemônicos prevaleça de modo a parecer universal. Algo que ocorre devido à existência de uma única esfera pública, que se pretende acessível a todos os grupos, desconsiderando suas condições sociais. Neste sentido, os membros de grupos minoritários são impelidos a constituir espaços alternativos de deliberação, arenas discursivas onde seja possível inventar e circular contradiscursos. Tais espaços foram nomeados por Fraser (1992) como “contrapúblicos subalternos”, uma vez que permitiriam aos grupos formularem interpretações dos assuntos públicos levando em consideração suas identidades, interesses e necessidades. Porém, conforme a autora, não é por emergir de grupos minoritários que

contrapúblicos subalternos sejam sempre necessariamente virtuosos. Alguns deles são explicitamente antidemocráticos e anti-igualitários, e mesmo aqueles com intenções democráticas e igualitárias eventualmente praticam seus próprios modos de exclusão informal e marginalização (1992, p. 124)<sup>14</sup>.

Em diálogo com o pensamento da autora, Michael Warner (2016) afirma, ao tratar das diferenças e da produção de “públicos” e “contrapúblicos”, que o sentido de público não se refere a um grupo de pessoas compartilhando um mesmo tempo e espaço, muito menos um tipo de totalidade social. Segundo o autor, aquilo a que se pertence, quando se pertence a um público, não configura nenhuma comunidade ou grupo social em sentido estrito. Um discurso público, quando proferido, não se dirige à identidade concreta dos

14

(..) subaltern counterpublics are always necessarily virtuous. Some of them are explicitly antidemocratic and antiegalitarian, and even those with democratic and egalitarian intentions are not always above practicing their own modes of informal exclusion and marginalization. (Tradução nossa)



Resistência e re-significação da luta pela cidade na  
experiência do Museu da Beira da Linha do Coque (PE)  
Gleyce Kelly Heitor

destinatários, mas à sua identificação ou desidentificação com aquilo a que o discurso se dirige.

Mobilizamos aqui esses autores como possibilidade de leitura da criação do Museu da Beira da Linha do Coque, como um episódio no qual se dá a emergência de um “contrapúblico”. Nos interessa, nesta análise, ao invés de focar nas dissidências já mencionadas entre os dois grupos de moradores, olhar como o projeto Pontos de Memória, enquanto política e discurso públicos, imagina e se endereça a destinatários desconhecidos, produzindo-os e conformando-os a partir desses endereçamentos; e em que medida torna-se possível afirmar que os articuladores do Museu da Beira da Linha do Coque (aqui apresentado como exemplo da cisão com o ideal homogêneo de comunidade), atuam neste processo como destinatários “não captados” (WARNER, 2016, p. 5) da política pública. O fazem, em primeiro lugar, por rejeitarem um dos principais pressupostos do programa inicial: a ênfase nos índices de pobreza e violência; sendo interesse do grupo dissidente apresentar um Coque estranho às representações recorrentes na mídia – portanto como culturalmente rico, ativo, resistente. Abrigo de trabalhadores, de artistas, de cidadãos. Em segundo lugar, por refutarem a própria metodologia do programa que, do ponto de vista do grupo, não promovia o protagonismo dos moradores, ali submetidos aos interesses do Estado e ao *modus operandi* dos seus técnicos.

Lembrando as ressalvas de Fraser, não se trata ainda de analisar o caráter virtuoso ou anti-democrático desta ruptura, no que diz respeito às disputas internas que mobilizaram tal dissidência. Interessa, neste momento, afirmar esse projeto como um “contrapúblico” do Estado e sua impossibilidade de acolher e mediar os diferentes projetos de Coque, na esfera pública aberta pelo fomento ao desejo de memória. A atuação do Estado na medida em que opta por uma das iniciativas, gera não só a marginalização do dissenso, como sua sanção, na forma de dificuldades de acesso aos meios e recursos disponibilizados.

A tentativa de estabelecer a memória de um grupo, através de políticas de memória, pode gerar discussões e disputas internas à comunidade, pois compreende-se “que é possível o confronto entre a memória individual e a memória dos outros” e “isso mostra que a memória e a identidade são



Resistência e re-significação da luta pela cidade na  
experiência do Museu da Beira da Linha do Coque (PE)  
Gleyce Kelly Heitor

valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos” (POLLACK, 1992, p.5). Estes confrontos podem ser ilustrados pelo fato de haver Pontos de Memória em determinadas comunidades que não são de conhecimento de pessoas engajadas politicamente com estas localidades; ou, pelo contrário, que pode haver espaços e iniciativas que atuam com memória que não são respaldadas ou reconhecidas pelas políticas públicas. Como mencionado anteriormente, o Ponto de Cultura Espaço Livre do Coque, articulador do museu em questão, não é formalmente um ponto de cultura, pois não possui certificação. Sendo assim, o uso do termo ponto de cultura – bem como das metodologias teia de memória, inventário participativo, entre outras – é uma livre apropriação dos seus integrantes.

Entretanto, mais do que aspirar aos traços formais e oficiais da ideia de museu, o que está em questão no Museu da Beira da Linha do Coque é a perseguição do “rastros da possibilidade de um cruzamento de subjetividades individuais em um compartilhado empreendimento de patrimonialização, de fabricação das memórias coletivas” (SÁ BARRETO, 2014, p. 15). Isso, somado às estratégias de apropriação de saberes, fazeres e procedimentos do museu, revela uma diversidade que não está pronta para ser catalogada, pois é criada e experimentada cotidianamente, nas negociações pelos lugares. Este panorama nos leva ao conceito de culturas plebeias, cunhado por George Yúdice (2017). Para analisar manifestações culturais na América Latina, na área da música, o autor mapeia experiências que fundam novos modelos de gestão de carreira, de relações econômicas e de expressão estética. Emergentes, urbanas e fruto dos hibridismos provocados pelos processos de globalização, as culturas plebeias são, portanto, “práticas culturais das classes de baixa renda e/ou de grupos racializados ou subordinados que não tenham se domesticado ao negociarem sua entrada nas esferas midiáticas nacionais ou globais” (YÚDICE, 2017, p.61). O autor destaca, ainda, que entende por domesticação a

Modificação ou afinação que essas práticas sofreriam para serem aceitas ou patrimonializadas como “expressão do povo” e, portanto, “cultura popular”, por públicos hegemônicos”, ou para serem dignas de apoio financeiro da publicidade que financia o sistema midiático (p.61).



Resistência e re-significação da luta pela cidade na  
experiência do Museu da Beira da Linha do Coque (PE)  
Gleyce Kelly Heitor

Esses conceitos nos ajudam a pensar que, ao usar o termo ponto de cultura, ao se afirmar como museu, ao recorrer a novas e antigas estratégias de financiamento de projetos, ao expor através de práticas ligadas ao imaginário do camelô e ao improvisar um conjunto de entrevistas, os protagonistas do Museu da Beira da Linha do Coque fundam uma museologia que, mesmo na sua informalidade, possibilita às pessoas e coletividades – ancestrais ou temporárias – usar e refazer a noção de museu e de patrimônio cultural não para se perpetuar, mas como licença para existir. Práticas que podem tanto reafirmar o caráter legitimador dos museus, como indicar o acionamento de munição nas negociações por representação e diversidade. Práticas que, sobretudo, são índice da extrema dificuldade de alguns agentes para operar a gramática disciplinadora e normativa das políticas culturais no âmbito dos museus e dos patrimônios, por não corresponderem à critérios essencialistas (YÚDICE, 2016, p.13). O que torna evidente, no âmbito dos museus, as lacunas, os limites e as restrições na garantia de diversidade cultural.

Atualmente, esse é um dos principais desafios para a manutenção, no Brasil, das experiências de museus comunitários, sociais e/ou de favelas, celebrados na implementação da Política Nacional de Museus. Não basta que comunidades ou grupos tenham aderência ao discurso do desejo de memória. É preciso que elas respondam às normas, dominem léxicos e saibam ler as nuances das oportunidades de financiamento e dos dispositivos de reconhecimento das práticas museológicas e patrimoniais, o que torna o discurso da diversidade restrito e pouco poroso à outras formas de organização – ou seja, a outros modos de ser museu.

## Referências

ACERTO DE CONTAS. *João Paulo doa terreno para nova sede da OAB no Coque. Ideia é transformar área em polo jurídico*. Recife, mai 2007. Disponível em: <http://acertodecontas.blog.br/atualidades/joao-paulo-doa-terreno-para-nova-sede-da-oab-no-coque-ideia-e-tranformar-area-em-polo-juridico/> Acessado em: 20 jun 2018.



Resistência e re-significação da luta pela cidade na  
experiência do Museu da Beira da Linha do Coque (PE)  
Gleyce Kelly Heitor

ANJOS, Moacir. *Exposição Museu da Beira da Linha do Coque*, 2014. Disponível em: <http://museudabeiradalinhadocoque.org/exposicao-museu-da-beira-da-linha-do-coque-moacir-dos-anjos-fundaj/> Acessado em: 20 jun 2018.

BERNARDINO, Raquel Ludermir. *Recife-mercadoria e direito à cidade: a operação urbana consorciada Joana Bezerra*. Recife, 2015.

BLOG DO JAMPA. *Quando o Coque decidiu falar de si*. 15 abr 2014. Disponível em: <https://jampapernambuco.wordpress.com/2014/04/15/quando-o-coque-decidiu-falar-de-si/> Acessado em: 20 jun 2018.

BRULONSOARES, Bruno. *Os mitos do ecomuseu: entre representação e a realidade dos museus comunitários*. In: MUSAS – Revista Brasileira de Museus e Museologia, n.6. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2014.

FRASER, Nancy. *Rethinking the Public Sphere: A contribution to the critique of actually existing democracy*. In: CALHOUN, Craig. (org. ). *Habermas and the Public Sphere*. London: MIT Press, 1992.

JORNAL DO COMMERCIO. *Coque: a morada da morte. Bairro teve 58 homicídios no ano passado*. Jornal do Commercio, Caderno Cidades. Recife, 12 de jan. 1997.

LIMA, Glauber Guedes Ferreira Lima. *Museus, Desenvolvimento e Emancipação: O Paradoxo do Discurso Emancipatório e Desenvolvimentista na (Nova) Museologia*. In: *Museologia e Patrimônio. Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – Unirio/MAST – vol.7, n.2*, 2014.

MEDEIROS, Isabella; SÁ BARRETO, Francisco. *A 'ocupação' como léxico da agência política contemporânea: o caso do Movimento Ocupe Estelita, em Recife, Pernambuco*. In: 41º Encontro Anual da ANPOCS, 2017, Caxambu - MG. Anais do Encontro Nacional da ANPOCS, 2017. v. 1. p. 1-31.

MOVIMENTODIREITOSURBANOS. *Website*. <https://direitosurbanos.wordpress.com/> Acessado em: 23 de mai 2018.

MUSEU DA BEIRA DA LINHA DO COQUE. *Website* <http://museudabeiradalinhadocoque.org>. Acessado em 01 ago 2017.

IBRAM. *Programa Pontos de Memória. Histórico*. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/acessoainformacao/acoes-e-programas/pontos-de-memoria/programa-pontos-de-memoria/> Acessado em: 15 ago 2017.



IBRAM; OEI. *Pontos de memória: metodologia e práticas em museologia social*. Brasília (DF): Phábrica, 2016.

MAGALHÃES, Alexandre. *Transformações no “problema favela” e a reatualização da “remoção” no Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2013.

MINC. *Política Nacional de Museus – Relatório de gestão 2003/2006*. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais. [Brasília] : MinC/IPHAN/DEMU, 2006.

NUNES, Rodrigo. *Por uma política da contracafetinagem*. In: GOGAN, Jéssica. VERGARA, Guilherme. *Revista Mesa. O sentido de público na arte*. n.3, maio de 2015.

POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento e Silêncio*. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: FGV, v. 2, n. 3, pp. 3-15.

PONTO DE CULTURA ESPAÇO LIVRE DO COQUE. *1ª Encontro da Teia de Memória de Contadores de Histórias do Coque*, 2011.

\_\_\_\_\_. *Carta Aberta ao Povo do Recife*. 24 de outubro de 2012. Disponível em: <https://direitosurbanos.wordpress.com/tag/coque/> Acesso em 15 de janeiro de 2018.

\_\_\_\_\_. *Carta de agradecimento*. 04 de abr 2014.

POULOT, Dominique. *A razão patrimonial no Ocidente*. In: *Uma história do patrimônio no Ocidente*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009. p. 197-230.

PROJETO NARRAMUNDO. *Website*. <http://projetonarramundo.wixsite.com/narramundo/o-projeto>

ROLNIK, Raquel (2012). *Remoções forçadas em tempos de novo ciclo econômico*. Carta Maior, São Paulo, 29 ago.

\_\_\_\_\_. *Guerra dos lugares. A colonização da terra e da moradia na Era das Finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015.

SÁ BARRETO, Francisco. *Por uma política de intersubjetividade museal: elementos para uma agenda de comunicação e museus*. In: *MUSAS – Revista Brasileira de Museus e Museologia*, n. 6, 2014.



Resistência e re-significação da luta pela cidade na  
experiência do Museu da Beira da Linha do Coque (PE)  
Gleyce Kelly Heitor

SANTANA, Robson de. *Cidade, Memória e Museologia Social: uma análise sobre a relação entre espaço urbano, museus, museus comunitários e alternativas de resistência*. Monografia de Graduação, Departamento de Antropologia e Museologia, UFPE, 2016. 51p.

SEGALA, Lygia. Museu experimental urbano e estratégias de reconhecimento social. In: BRULON SOARES, Bruno; BROWN, Soares Karen; NAZOR, Olga. *Definir os museus do século XXI: experiências plurais*. ICOM, ICOFOM: Paris, 2018, pp. 91-98.

VARINE, Hugues. O museu comunitário como processo continuado. In: *CADERNOS do CEOM / Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina*. Vol.27, n.41, Chapecó: Unochapecó, 2015, p. 25-35.

YÚDICE, George. *A Conveniência da Cultura: usos da cultura na era global*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

\_\_\_\_\_. Aos leitores. In: *Revista Observatório Itaú Cultural* – n.20 (jan/jun2016) São Paulo: Itaú Cultural.

\_\_\_\_\_. Músicas plebeias. In: SCHLEE, Andrey Rosenthal. *Revista dos Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. 36. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2017. p.61-93.

WARNER, Michel. Públicos e Contrapúblicos (versão abreviada). In: HONORATO, Cayo; MORAES, Diogo (ed.). *Periódico Permanente*. nº 6, Fevereiro de 2016.

Recebido em: 02/04/2018

Aprovado em: 22/06/2018

